

Contribuições Conceituais e Metodológicas do Modelo Bioecológico para a Compreensão do Abuso Sexual Intrafamiliar

Silvia Renata Lordello
Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira

*Universidade de Brasília
Brasília, DF, Brasil*

RESUMO

O abuso sexual é considerado problema de saúde pública e representa um desafio à ciência psicológica, principalmente devido a dificuldade de acesso, pois o tema é permeado por segredo e silêncio. Da perspectiva do desenvolvimento humano, faz-se necessário o uso de novas abordagens e metodologias que favoreçam a compreensão do fenômeno de forma multifacetada e sistêmica. O artigo objetiva apresentar e discutir os pressupostos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano desenvolvida por Urie Bronfenbrenner, refletindo sobre sua adequação ao estudo do abuso sexual. São reconhecidos aspectos críticos e éticos da abordagem bioecológica e estudos futuros são sugeridos com base nas questões emergentes ligadas ao abuso sexual.

Palavras-chave: Teoria bioecológica; abuso sexual; desenvolvimento humano.

ABSTRACT

Conceptual and Methodological Contributions of the Bioecological Model to the Understanding of Intrafamilial Sexual Abuse

Sexual abuse is considered as a public health problem and represents a challenge to the psychological science, mainly because of the difficulty of access as it is surrounded by secrets and silence. Focusing human development, the use of new approaches and methodologies that favor the understanding of the phenomena in a systemic and multifaceted way is needed. The objective of the present article is to present and discuss Urie Bronfenbrenner's Bioecological Theory of Human Development presuppositions in the light of its adjustment to the study of sexual abuse. Critical and ethical aspects of the bioecological approach are recognized and future studies are suggested based on the emerging issues connected to sexual abuse.

Keywords: Bioecological theory; sexual abuse; human development.

RESUMEN

Aportes Conceptuales y Metodológicos del Modelo Bioecológico para la Comprensión del Abuso Sexual Intrafamiliar

Se considera al abuso sexual como un problema de salud pública que representa un gran desafío para la ciencia psicológica, sobretudo por la dificultad de acceder a un tema tan impregnado de secreto y silencio. Desde la mirada del desarrollo humano, se hace necesario el uso de nuevos enfoques y metodologías que promuevan la comprensión del fenómeno de modo sistémico y en sus múltiples facetas. El presente artículo tiene como objetivo presentar y discutir los supuestos de la teoría bioecológica del desarrollo humano de Urie Bronfenbrenner y reflexionar acerca de su adecuación para el estudio del abuso sexual. Los aspectos críticos y éticos de la teoría bioecológica son reconocidos y se sugieren estudios futuros con base en las cuestiones acerca del abuso sexual que aquí emergieron.

Palabras clave: Teoría bioecológica; abuso sexual; desarrollo humano.

INTRODUÇÃO

Assumindo que o abuso sexual é uma condição adversa ao desenvolvimento, não há como negar a sua prevalência crescente compondo um quadro que vem se constituindo como problema de saúde pública na modernidade. Entretanto, o difícil acesso devido à natureza sigilosa dos acometimentos sexuais, tem desafiado a Psicologia como ciência a compreender mais profundamente este campo com vistas a desvendar a dinâmica que o envolve e estabelecer uma visão propositiva, voltada à construção de programas e estratégias de intervenção que se tornem efetivas nesta realidade.

Diante de tamanha complexidade, há o reconhecimento de que se tornam necessárias formas inovadoras de se abordar objetos de estudo que até então não eram alvo de investigação psicológica. O fato da condição adversa do abuso sexual ter uma configuração multidimensional que requer a análise de diferentes sistemas envolvidos e representar um tabu na cultura torna necessário um investimento metodológico que contemple tais peculiaridades. Outro aspecto relevante é a articulação que o tema promove entre saúde e desenvolvimento humano, áreas nas quais a Psicologia conta com um arsenal teórico metodológico sistematizado e diversificado, servem de base para esta construção. No presente artigo, defende-se a adoção da perspectiva da ciência do desenvolvimento humano e do referencial do modelo bioecológico, originado no trabalho de Urie Bronfenbrenner apresentando-se como construto teórico inovador para investigações sobre o tema, tendo por objetivo sistematizar propostas metodológicas que viabilizem o estudo dos fenômenos nos contextos nos quais ocorrem.

CIÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO: INOVAÇÕES CONCEITUAIS NA COMPREENSÃO DAS CONDIÇÕES ADVERSAS

Diante da complexidade que envolve o desenvolvimento humano hoje, se compreende a necessidade de modelos teóricos que avancem na perspectiva de estudo dos fenômenos multidimensionais que o caracterizam. A ciência do desenvolvimento humano é uma possibilidade teórica, que, segundo Magnusson e Cairns (1996), contempla o conjunto de estudos interdisciplinares que se dedicam a entender os fenômenos relacionados ao desenvolvimento dos indivíduos, englobando as áreas social, psicológica e biocomportamental. O status de ciência é defendido

porque o modelo contém princípios que norteiam o entendimento do desenvolvimento, e são embasados pelos conceitos de estrutura, temporalidade, mudanças e continuidades. Tais conceitos rompem com outros modelos julgados como ultrapassados justamente por apresentarem visão linear do fenômeno do desenvolvimento, não condizente com a visão sistêmica preconizada pela ciência do desenvolvimento humano (Aspesi, Dessen, e Chagas, 2005; Dessen e Domingues, 2005; Elder, 1996; Shanahan, Valsiner e Gottlieb, 1997; Magnusson e Cairns, 1996).

Magnusson e Cairns (1996) esclarecem que a visão sistêmica contempla a complexidade na medida em que os sistemas se mostram integrados em diferentes níveis: genético, neural, comportamental e ambiental, ao mesmo tempo em que traçam trajetórias probabilísticas, extraindo assim aspectos previsíveis no desenvolvimento.

De acordo com alguns autores (Aspesi, Dessen, e Chagas, 2005; Dessen e Domingues, 2005; Magnusson e Cairns, 1996; Shanahan, Valsiner e Gottlieb, 1997), uma das tarefas básicas da ciência do desenvolvimento humano é compreender como o comportamento individual entra em contato com os outros elementos significativos do seu entorno. O comportamento constitui a origem dos processos que permitem a interação entre condições intra e extra-organismo, conduzindo à continuidade e à mudança nos processos adaptativos, no decorrer da vida. A escolha conceitual se mostra bastante adequada à realidade do objeto que se pretende investigar, que longe de ser entendido de forma determinista, o abuso sexual não pode ser investigado de forma linear e simplista.

Os aspectos metodológicos, entretanto, ainda se mostram desafiadores, pois segundo Winegar (1997), é fundamental que uma ciência se origine de pesquisas. Ainda que se reconheça a importância do pesquisador se questionar sobre suas práticas científicas, o campo metodológico debate sobre a preocupação com a clarificação dos objetivos e vinculação do método com o que se deseja examinar.

A VISÃO DE BRONFENBRENNER E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO

Bronfenbrenner (1979/1996) apresenta sua construção conceitual em dois momentos. Inicialmente, enfatiza o caráter sistêmico do desenvolvimento humano, destacando em definições e proposições conceitos tais como ambiente percebido, transições ecológicas e principalmente, a importância

do entendimento dos contextos nos quais a pessoa interage.

Estes ambientes, enfatizados pelo autor, correspondem ao microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. O microsistema é o contexto no qual há um padrão de atividades, papéis sociais e relações interpessoais experienciados face a face pela pessoa em desenvolvimento. O mesossistema refere-se ao conjunto de microsistemas que uma pessoa participa e às interações estabelecidas entre eles. O exossistema corresponde aos ambientes em que a pessoa não participa diretamente, mas que desempenha influência indireta sobre seu desenvolvimento, como o trabalho dos pais, rede de apoio social e comunidade. O último e mais abrangente contexto é o macrosistema que corresponde ao conjunto de ideologias, valores, crenças, religiões, formas de governo, culturas e subculturas presentes no cotidiano da pessoa em desenvolvimento.

O segundo momento da obra de Bronfenbrenner focaliza, com maior propriedade, além dos ambientes, a pessoa em desenvolvimento, os processos proximais e o tempo, nas suas dimensões micro, meso e macro (Bronfenbrenner, 1999; Bronfenbrenner e Ceci, 1994; Bronfenbrenner e Morris, 1998) passando a denominar-se Modelo Bioecológico.

Particularmente para este estudo, que trata do abuso sexual intrafamiliar, nos interessa discorrer com mais detalhes, dois elementos da teoria do PPCT (Processo, Pessoa, Contexto e Tempo), que são os processos proximais e a pessoa.

Bronfenbrenner e Ceci (1994), ao revisarem o modelo original, retomaram o conceito de processo como principal mecanismo de desenvolvimento, entendendo como processo as interações recíprocas e complexas que um ser humano ativo estabelece com pessoas, objetos, símbolos presentes no ambiente imediato, considerando a evolução biopsicológica da pessoa em desenvolvimento. Os processos vivenciados no ambiente imediato são denominados processos proximais e são considerados motores para o desenvolvimento.

No entendimento do abuso sexual intrafamiliar, que será abordado em seguida, é muito importante compreender que os processos proximais são definidos por Bronfenbrenner (1999) a partir de alguns aspectos que devem ser considerados simultaneamente, a saber: para que o desenvolvimento ocorra, é necessário que a pessoa esteja engajada em uma atividade; para ser efetiva, a interação deve acontecer em uma base relativamente regular, através de períodos estendidos de tempo, não sendo possível ocorrer efetivamente durante atividades episódicas; as ati-

vidades devem ser progressivamente mais complexas, por isso a necessidade de um período estável de tempo; a reciprocidade nas relações interpessoais é fator fundamental; e, para haver interação recíproca, objetos e símbolos presentes no ambiente imediato devem estimular a atenção, exploração, manipulação e imaginação da pessoa em desenvolvimento. Tais aspectos são imprescindíveis para nortear a pesquisa e a intervenção com vistas a potencializar o desenvolvimento nas condições adversas.

É importante lembrar que os processos proximais variam sistematicamente em função das características da pessoa, dos contextos nos quais interagiu ou interage, da natureza dos resultados evolutivos, das mudanças e continuidades sociais do período sócio-histórico em que a pessoa está inserida. Portanto, a forma, a força, o conteúdo e a direção dos processos proximais são dependentes de uma série de características e por isso, não podem ser considerados universalistas ou unidirecionais (Bronfenbrenner e Ceci, 1994).

Um aspecto teórico da maior relevância para o estudo em questão refere-se aos efeitos que os processos proximais podem produzir. De acordo com vários estudos (Bronfenbrenner e Ceci, 1994; Bronfenbrenner e Morris, 1998; Bronfenbrenner, 1999; Dessen e Silva, 2005; Narvaz e Koller, 2004) os processos proximais geram dois tipos de efeitos: efeitos de competência e de disfunção. A competência corresponde à capacidade da pessoa dirigir seu comportamento por meio de situações e domínios evolutivos, a partir da aquisição de conhecimentos e habilidades, fazendo uso de repertório construído nos campos intelectual, físico, socioemocional, motivacional e artístico, de forma coordenada ou isolada. A disfunção, ao contrário, corresponde à dificuldade manifestada pela pessoa, para manter o controle e integração do comportamento por meio de situações e diferentes domínios do desenvolvimento. A natureza dos ambientes afeta de forma indiscutível os efeitos produzidos pelo desenvolvimento. Ambientes desfavoráveis e desorganizados produzem impactos severos quando ocorre a disfunção. A competência produz, por sua vez, maior impacto no desenvolvimento em ambientes organizados, favoráveis e estáveis.

A hereditariedade ocupa lugar privilegiado na teoria e é considerada predisposição para a produção de efeitos de competência e disfunção. Por ter forte influência no desenvolvimento, padrões geneticamente determinados, entendidos como herança, fundem-se ao comportamento e à natureza dos ambientes nos quais ocorrem os processos pro-

ximais, produzindo a transformação do genótipo em fenótipo. Assim são determinados se o potencial é para competência ou disfunção, o que revela a influência decisiva das condições e processos ambientais sobre o grau de herança e a efetividade dos processos proximais nesta transformação.

Para o estudo do objeto em questão, o abuso sexual intrafamiliar, torna-se fundamental esta análise dos ambientes e heranças e seu impacto nos processos proximais. Variáveis como baixo nível de instrução, falta de recursos financeiros, violência física, alcoolismo, tráfico, subemprego e outros aspectos encontrados na literatura que apontam risco e desproteção, ilustram o ambiente desfavorável que pode ter significativa importância na produção de efeitos de disfunção. Famílias com alto nível de estresse diante de problemas representam um desafio à intervenção psicológica. Via de regra, são famílias que contam com poucas condições de transmitir conhecimentos, reproduzem mecanismos transgeracionais de repetição do próprio modelo de educação que receberam, com frequência, baseado na punição e na coerção física, o que afeta sobremaneira a qualidade dos processos proximais, nesta população.

Entretanto, não se pode falar dos efeitos a priori, investigar processos proximais requer a observação de diferentes variáveis, como frequência do contato ao longo do tempo, interrupção ou estabilidade da exposição, timing da interação e intensidade e força da interação. Igualmente não se pode esquecer de que o objetivo é compreender os resultados evolutivos como função conjunta do processo, da pessoa, dos contextos e do tempo.

Pessoa é o segundo conceito do PPCT que vamos nos deter neste artigo. Para Bronfenbrenner e Morris (1998), a análise da pessoa engloba suas características biopsicológicas determinadas pela herança e aquelas construídas na interação com o ambiente, sendo compreendidas como produtoras e produtos do desenvolvimento, uma vez que influenciam e são resultado dos processos proximais. De acordo com Bronfenbrenner (1999), o desenvolvimento está relacionado com a estabilidade e mudança nas características biopsicológicas da pessoa durante seu ciclo de vida. A capacidade de influenciar os processos proximais está diretamente ligada a três grupos de características pessoais, como disposição, recurso e demanda.

As disposições dizem respeito às forças que impulsionam ou dificultam os processos proximais e podem apresentar-se em dois grupos: forças geradoras ou generativas e forças desorganizadoras ou inibidoras. A responsividade seletiva ao ambiente

físico e social é considerada por Bronfenbrenner e Morris (1998) uma das características generativas primárias, seguida pela capacidade de envolver-se em atividades progressivamente mais complexas criando feições inovadoras para o ambiente e conceitualizar suas experiências, quando mais velha, ressignificando crenças de controle sobre si e sobre o ambiente, aspectos que associados gerariam curiosidade, engajamento e autoeficácia. As características desorganizadoras, por sua vez, revelam dificuldades em manter o controle sobre seu comportamento e emoções.

As disposições apresentam a importante contribuição de colocar os processos proximais em movimento, continuar sustentando a sua operação ou também dificultar e até mesmo impedir que os processos se estabeleçam.

Os recursos são aspectos biopsicológicos que englobam experiências, habilidades, conhecimentos e capacidades necessárias para o funcionamento eficaz dos processos proximais em um determinado estágio de desenvolvimento. Ao contrário das disposições, não são seletivos para a ação. São constituídos de deficiências ou dotes psicológicos que influenciam o engajamento da pessoa nos processos proximais. As deficiências correspondem às condições que limitam ou comprometem a integridade funcional do organismo, como deficiências genéticas, baixo peso ao nascimento, disfunções orgânicas. Os dotes fazem referência às capacidades e competências construídas ao longo da vida, que, por evoluírem ampliam as possibilidades desenvolvimentais.

As demandas são o terceiro grupo de atributos da pessoa e fazem menção aos aspectos que estimulam ou desencorajam as reações do ambiente social imediato, de maneira a manter ou romper as conexões com o processo proximal. Exemplos de demanda podem ser desde atributos físicos, como aparência física, a outros traços pessoais como passividade ou atividade.

Outras dimensões consideradas pela teoria incluem características demográficas como idade, gênero e etnia e são impactantes nos processos proximais e devido a seus efeitos no desenvolvimento. O estudo do abuso sexual intrafamiliar exige uma minuciosa investigação da pessoa e dos processos proximais, não só na compreensão do fenômeno como na construção de intervenções possíveis planejadas para a transformação dos efeitos de disfunção em efeitos de competência, atuando nos ambientes preconizados pelo autor, que defende a ideia de que um experimento ecológico deve ser transformador.

Os processos proximais se dão em contextos imediatos nos quais a pessoa em desenvolvimento

interage e que remetem aos ambientes descritos por Bronfenbrenner (1979/1996) como microsistemas. O autor caracteriza ainda o mesossistema, exossistema e macrosistema já descritos anteriormente neste artigo.

O tempo, quarto elemento da teoria do PPCT, tem sua importância resgatada por Bronfenbrenner e Ceci (1994). O cronossistema, como é denominado pelos autores, é visto como mais um nível de contexto de desenvolvimento. O tempo permite a análise de mudanças e permanências que ocorrem ao longo do ciclo vital e é subdividido em três níveis que permitem melhor investigação quanto à influência sobre o desenvolvimento humano: o microtempo, mesotempo e macrotempo. O microtempo refere-se ao processo microgenético de interação entre a pessoa em desenvolvimento e aqueles que com ela convivem no dia a dia. O mesotempo corresponde à periodicidade de episódios dos processos proximais, através de intervalos maiores como dias e semanas, que produzem resultados sobre o desenvolvimento. Por fim, o macrotempo, que indica mudanças geracionais e transições históricas.

METODOLOGIAS INSPIRADAS PELO MODELO BIOECOLÓGICO

A partir da sistematização de sua teoria, Bronfenbrenner pretende, que seu referencial teórico embase pesquisas sobre desenvolvimento-no-contexto, pois permite a inclusão de vários níveis de análise. De acordo com Bronfenbrenner e Evans (2000), há um desafio à ciência no século XXI, que é desenvolver delineamentos de pesquisa apropriados para investigar o caos vivenciado pelas sociedades atuais e identificar fatores que possam minimizar seus efeitos, entendendo caos como aumento significativo dos fatores de risco que estão presentes em todos os sistemas ambientais.

Bronfenbrenner não chegou a construir uma metodologia de pesquisa nem mesmo instrumentais exclusivos de investigações ecológicas; delegou esta tarefa a seus seguidores. Alguns autores brasileiros tem investido na construção de delineamentos inspirados neste modelo. Um exemplo é a Inserção Ecológica, desenvolvida por Ceconello e Koller (2003). Esta metodologia é planejada respeitando os requisitos metodológicos apontados pelo modelo bioecológico. Dentre os vários pressupostos, preconiza que é preciso inserir o pesquisador no campo para que realize a observação naturalística dos ambientes e fenômenos a serem estudados, estabelecendo critérios rigorosos de coleta e análise de dados.

Como os achados devem ter implicações importantes tanto para a ciência quanto para a política pública, o estudo deve ser metodologicamente rigoroso e buscar a validade ecológica. A proposta requer reorientação da visão tradicional de que a política pública se baseie no avanço científico, pois, no modelo bioecológico a ciência básica é que deve se basear na política pública. A evolução da pesquisa em desenvolvimento humano requer a análise da política social e alerta o investigador para os aspectos do ambiente que são críticos para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da pessoa.

O que deve dirigir a escolha do delineamento é o problema de pesquisa. O método privilegia os processos de interação das pessoas com o contexto no qual estão se desenvolvendo, portanto é adequado quando o objeto a ser investigado for melhor compreendido nas interações estabelecidas entre a pessoa e o seu ambiente. A inclusão do macrosistema na investigação é critério essencial para a pesquisa.

Outros diferenciais deste modelo no que se refere à metodologia é o conceito de validade ecológica, que corresponde à extensão em que o ambiente experienciado pelos sujeitos tem as propriedades supostas pelo pesquisador. Isso mostra uma preocupação em considerar como a situação de pesquisa foi interpretada pelos participantes, para que não haja distorção pelo pesquisador. Além deste requisito, a pesquisa deve incluir o maior número possível de contrastes ecológicos, ou seja, características de ambientes diversificados e variáveis relacionadas ao fenômeno investigado.

Outras premissas da pesquisa, neste modelo, é que deva ser prática. Para o autor, uma boa teoria é aquela capaz de ser traduzida em delineamentos de pesquisa que correspondam às propriedades conceituais da mesma. Deve ainda, descobrir fatos, não simplesmente verificá-los, abrindo novas possibilidades de produção de conhecimento.

É necessária a regularidade na interação do objeto de investigação com os pesquisadores de acordo com os objetivos da investigação. Buscar o significado dos objetos e símbolos do contexto e ter presente que os processos proximais serão cada vez mais complexos são atitudes que devem ser incorporadas pelo pesquisador, compreendendo que os processos proximais são os principais motores do desenvolvimento. É através dos processos proximais que a influência de todos os outros elementos (pessoa, contexto, tempo) se expressa para o pesquisador. Os autores afirmam que os processos proximais são a lente que permite o acesso aos dados de pesquisa.

AS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA BIOECOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO EM CONDIÇÕES ADVERSAS

Diante da explicitação da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano e suas peculiaridades, é importante sinalizar a apropriação, ainda pouco pretensiosa, mas crescente, deste referencial no que tange às questões de pesquisa que buscam investigar o desenvolvimento humano em condições adversas.

A atração por este modelo tem sido justificada por três razões. A primeira refere-se ao fato da visão ecológica investigar o desenvolvimento no contexto e as condições adversas nunca se resumem a variáveis de trato unicausal, portanto entender a complexidade do fenômeno é desejável. A segunda razão é que o experimento ecológico deve visar a transformação sistemática do macrossistema, portanto é objetivo de tais estudos efetivarem em seus resultados, proposições de programas de intervenção ou de aspectos que favoreçam a modificação de como o fenômeno é tratado na cultura, ainda que o estudo se limite a uma revisão conceitual. O terceiro motivo, e mais importante, é que a investigação em contexto permite a detecção de fatores de risco, mas também enriquece a visão dos fatores de proteção e portanto, enfatizam a resiliência. Isso é bastante significativo para as possibilidades de intervenção que potencializem a promoção do desenvolvimento a partir de tais descobertas.

INVESTIGANDO O ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR E SUA COMPLEXIDADE

Uma vez explicitado o construto teórico, o artigo visa propor a adoção deste referencial teórico para estudos futuros que pretendam analisar o abuso sexual, como cenário de condição adversa bastante comprometedor do desenvolvimento.

Sabe-se, hoje, que o abuso sexual contra crianças e adolescentes é considerado um grave problema de saúde pública e a ciência psicológica tem, ainda que de forma embrionária, se empenhado para o desenvolvimento de programas de prevenção e tratamento.

De acordo com Azevedo e Guerra (1989), o abuso sexual pode ser definido como qualquer contato ou interação de uma criança ou adolescente com alguém em estágio mais avançado do desenvolvimento, na qual a vítima estiver sendo usada para estimulação sexual do perpetrador. A interação sexual pode incluir toques, carícias, sexo oral ou relações com penetração

(digital, genital ou anal). Pode haver abuso sexual sem contato físico, como nos casos de voyerismo, assédio, exposição a imagens ou eventos sexuais, pornografia e exibicionismo. Estas interações sexuais são impostas às crianças ou aos adolescentes pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade (Azevedo e Guerra, 1989). Com relação ao contexto de ocorrência, há abuso sexual intrafamiliar, o qual ocorre no contexto familiar e é perpetrado por pessoas afetivamente próximas da criança ou do adolescente, com ou sem laços de consanguinidade, que desempenham um papel de cuidador ou responsável destes.

De acordo com Furniss (1993), quando o abuso ocorre no contexto intrafamiliar, a violência se manifesta muitas vezes de forma silenciosa, sem violência física, tendendo a ser contínua, por longos períodos de tempo, e progressiva, iniciando-se por carícias até chegar ao coito. Essa caracterização corresponde às relações incestuosas, que na visão de Cohen e Gobetti (1998), se refere ao relacionamento sexual entre pessoas que são membros de uma mesma família (exceto os cônjuges), sendo que a família não é definida apenas pela consanguinidade ou mesmo afinidade, mas, principalmente, pela função social de parentesco e cuidado próximo exercida pelas pessoas dentro do grupo.

Considerando que a experiência de abuso sexual pode afetar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de crianças e adolescentes de diferentes formas e intensidade, Habizang e Koller (2006) apontam três conjuntos de fatores que auxiliam na compreensão do impacto da violência sexual: fatores intrínsecos à criança, tais como vulnerabilidade e resiliência pessoal; fatores extrínsecos, envolvendo a rede de apoio social e afetiva da vítima; e, fatores relacionados com a violência sexual em si, como por exemplo, duração, grau de parentesco/confiança entre vítima e agressor, reação dos cuidadores não-abusivos na revelação e presença de outras formas de violência. Devido à complexidade e à quantidade de fatores envolvidos no impacto da violência sexual para a criança, esta experiência é considerada um importante fator de risco para o desenvolvimento de psicopatologias.

Habizang, Koller, Azevedo e Machado (2005) descrevem que o abuso sexual intrafamiliar é desencadeado e mantido por uma dinâmica complexa que sustenta dois aspectos que se apresentam interligados: a “Síndrome de Segredo” e a “Síndrome de Adição”. A primeira está diretamente relacionada com a psicopatologia do agressor (pedofilia) que, por gerar intenso repúdio social, tende a se proteger em

uma teia de segredo, mantido às custas de ameaças e barganhas à criança abusada; já a segunda é caracterizada pelo comportamento compulsivo do descontrole de impulso frente ao estímulo gerado pela criança, ou seja, o abusador, por não se controlar, usa a criança para obter excitação sexual e alívio de tensão, gerando dependência psicológica e negação da dependência. O abuso sexual pode ainda estar associado a outros tipos de abuso presentes no contexto familiar, tais como negligência, abusos emocionais e físicos, evidenciados nas descrições das vítimas sobre os atos abusivos. Quando se trata de famílias incestuosas, há nos achados científicos, relações interpessoais que retratam relações de poder e submissão.

Do ponto de vista da vítima, o incesto promove uma intensa opressão. A criança ou adolescente teme o autor da violência, e nutre medo de vingança, de retaliação e teme ser o responsável por uma desintegração da família, caso o segredo seja revelado. Como os papéis estão indefinidos, as vítimas acham natural o comportamento do abusador, se culpam e se sentem responsáveis pelo abuso. Assim, protelam o pedido de ajuda, pensando que ninguém irá acreditar em seu relato, o que de fato pode ocorrer em função da negação e de outras circunstâncias que envolvem a dinâmica familiar (Habigzang, Azevedo, Koller e Machado, 2006; Habigzang, e Caminha, 2004; Koller, e De Antoni, 2004).

Para Gabel (1997), a família incestogênica promove interações patológicas entre seus membros, nos quais os conteúdos verbais e não verbais, tácitos ou explícitos, manipulam a criança ou adolescente vítima para a prática da transação interdita culturalmente que é o incesto. A confusão de papéis e gerações provocada por esta disfunção destrói a confiança e comunicação, fazendo com que os filhos se tornem possessões dos pais, vulneráveis ante o desejo do adulto, despersonalizando-os completamente.

A modalidade em que o incesto ocorre faz com que dificilmente se recorra à força ou violência. Segundo Rangel (2009), a relação incestuosa é marcada por uma coerção psicológica presente na interação pai-filha, na qual o aprendizado da obediência confere legitimidade aos atos paternos. Portanto se o pai é quem orienta moralmente, a forma como age é inquestionavelmente correta, o que faz com que a vítima aceite as carícias incestuosas sem perceber a coerção que lhe é inerente.

A possibilidade de investigação de temáticas como o abuso sexual intrafamiliar a partir da metodologia de Inserção Ecológica, com base na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, mostra-

se promissora por enfatizar os diferentes ambientes frequentados pela família, como moradia, escola, hospital, instância judicial (Vara da Infância e Juventude, Conselho Tutelar, entre outros), ONGs, entre outras.

Ao realizar análises sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de risco, é importante levar em consideração as características dos contextos dos quais essas crianças participam direta ou indiretamente, e as relações que estabelecem nesses ambientes. Além disso, deve-se entender em que momento do curso de desenvolvimento esta criança ou adolescente está, e quais são suas características individuais, para verificar suas fragilidades e potencialidades nas suas interações com os diferentes sistemas nos quais está inserida e participa de forma ativa.

O ABUSO SEXUAL NOS EXPERIMENTOS ECOLÓGICOS

Como o próprio Bronfenbrenner afirmava, não é comum encontrar dados empíricos de experimentos ecológicos, pois ainda estão em pleno processo de construção e sistematização. No que tange à temática do abuso sexual, ainda que represente indubitavelmente uma situação de risco, há outros agravantes que dificultam a operacionalização de estudos ecológicos, como o difícil acesso aos casos, que se mantêm subnotificados e envolvidos pelo pacto de silêncio.

De acordo com Koller e De Antoni (2004), a proposição do termo violência intrafamiliar ou familiar vem substituir outro termo que vigorou na literatura que era a violência doméstica, que trazia uma concepção de íntimo e privado, e portanto, inacessível e oculto. A razão ideológica do termo violência intrafamiliar é que, ao englobar todas as formas de violência e todas as configurações familiares possíveis, rompa com o âmbito privado e passe a ser de domínio público, com políticas públicas instaladas para denúncia, responsabilização e principalmente prevenção. As autoras salientam que nos casos de violência, são essenciais avaliações sobre características da vítima, aspectos envolvidos no processo, o momento de sua vida e o contexto o qual o fato se desenrola. A Teoria Bioecológica funciona assim como uma adequada matriz de análise do fenômeno em sua complexidade e permite que a pessoa se veja acolhida, como ser em desenvolvimento, com potencial adaptativo e com direitos de cidadão.

De Antoni e Koller (2001) descrevem um importante trabalho de base bioecológica realizado por

profissionais de uma instituição para meninas vítimas de violência. Trata-se de um abrigo temporário que acolhe até seis meninas em situação de risco, que podem permanecer na instituição até quarenta e cinco dias ou mais. Em função da alta reincidência, os profissionais buscaram um enfoque que não se limitasse à menina, mas incluísse os contextos com os quais estava envolvida, considerando ainda os aspectos da cultura e do tempo histórico.

O procedimento inicial era acolher a jovem para promover a mudança de um microsistema hostil para outro mais receptivo. Neste momento toda a equipe estava presente favorecendo o vínculo e dando o apoio. O atendimento psicológico era individual e grupal e sempre enfatizava as características saudáveis. Os atendimentos grupais objetivavam a troca de experiências entre as meninas e permitiam o acesso aos valores e crenças presentes no macrosistema e como eram significados por elas. O trabalho incluía visitas domiciliares e visitas a integrantes da rede de apoio. A instituição representava, sobretudo no período de abrigamento, um microsistema promotor de desenvolvimento para a menina.

Os demais sistemas são incluídos na proposta. O mesossistema era composto pelas relações desenvolvidas entre a menina e sua família, a escola e seus amigos e era objeto de investigação e integração dos profissionais no intuito de compreender a dinâmica de cada menina na instituição. O exossistema era investigado como sistemas externos à jovem, mas que exerciam poder de decisão sobre seu futuro como o Conselho Tutelar, a Promotoria da Infância e Adolescência, a Secretaria de Saúde, dentre outros órgãos. Os resultados desta análise e intervenção baseada na pessoa, processos proximais, contextos múltiplos e tempo permitiu alcançar um resultado eficiente, diminuindo a reincidência e promovendo a instituição de abrigamento em espaço de potencialização do desenvolvimento das jovens.

CONCLUSÃO

Ao apresentar e refletir sobre a pertinência da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano para investigações que abordem a temática do abuso sexual, o artigo objetiva difundir o modelo teórico em questão, para que a comunidade científica possa se apropriar de seus construtos inovadores, impulsionando a realização de estudos com vistas ao aprimoramento teórico e metodológico alcançado até então.

O campo é fértil. A modernidade traz questões que a ciência psicológica se vê desafiada. A complexidade

dos fenômenos e a visão multifacetada que os envolve é inegável. A perspectiva do desenvolvimento humano é convidada a dar o seu parecer e uma perspectiva interacionista é imprescindível como postura básica. Não há mais espaço para determinismos ou concepções universalistas e naturalizantes. A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano assume o paradigma que preconiza o movimento em espiral, imagem típica do interacionismo, quando traz para o estudo das interações entre pessoa, ambiente, processos e tempo a possibilidade de análise dos fenômenos.

Urge a necessidade de pesquisadores ecológicos. Como sabê-los? Não se trata de um perfil apriorístico, porque isso violaria o princípio básico de que eles também são seres em desenvolvimento, inclusive no contexto de pesquisa. Mas, pesquisadores ecológicos são aqueles que querem compreender o ser humano de forma ampla e sistêmica. Não se contentam em ver aspectos isolados, são comprometidos com a transformação social. Mais do que isso: transformam e são transformados pelas interações. Estão atentos aos próprios processos proximais e se responsabilizam por mudanças no macrosistema a partir de suas ações, ainda que modestas.

Não é preciso que estejam prontos. Dificilmente estarão sensibilizados, pois ainda trazem marcas da formação tradicional que enfatiza as origens empiristas ou ambientalistas do desenvolvimento humano.

Mas a metodologia permite e resgata a bidirecionalidade dos processos proximais. Isso pode assumir um caráter formador na trajetória do pesquisador, pois abrir espaço para que ele discuta impressões, mobilizações afetivas e hipóteses quase como pré-concepções a respeito do objeto da investigação e dos sistemas configura-se em espaço privilegiado de reflexão sobre seus processos. Nos estudos citados, não raro foi encontrado o pesquisador que mudou de idéia a respeito do contexto, como por exemplo, o investigador de meninos em situação de rua que associava rua a um contexto exclusivamente danoso ao desenvolvimento e que modificou sua percepção a partir do que pode experimentar em sua inserção no campo. É interessante a possibilidade de aprender e se modificar com a pesquisa. Outro exemplo, foi o método autofotográfico, no qual o pesquisador se surpreende com as fotos tiradas pelo pesquisado e com as significações dirigidas às mesmas.

O enfoque ético não pode deixar de ser comentado. Não só por procedimentos junto ao Comitê de Ética na Pesquisa e as resoluções cumpridas, nem pela assinatura do TCLE. A ética vai além disso. O pesquisa-

dor ecológico se compromete com a pessoa, os processos e os contextos. Não comete, o que tem sido alvo de críticas nas pesquisas, que é o caráter utilitarista com que são tratados sujeitos e instituições, que servem para a coleta, mas não tem acesso a resultados ou devolutivas. A Teoria Bioecológica assume o seu papel transformador e preocupa-se, rigorosamente, com todas as etapas, desde o período de vinculação, passando pelas visitas constantes, periódicas, freqüentes, culminando na devolução, que é autorizada ao longo do processo. Nos estudos descritivos, não foi raro encontrar pesquisadores que mantiveram contato e visitas após o término da pesquisa.

Dentre as contribuições teóricas referentes ao abuso sexual, está o cuidado para que as intervenções não promovam condutas revitimizadoras. O trabalho na descoberta de disposições favoráveis e recursos biopsicológicos saudáveis na pessoa é lugar comum no trabalho. Os contextos não são avaliados como de risco ou proteção a priori, mas são sempre enfatizadas as características potencializadoras de desenvolvimento presentes nos mesmos. Isso também pode ser comprovado por contextos como a rua e o abrigo, que também contabilizavam características promotoras de desenvolvimento. Por outro lado, o contexto familiar, que na visão tradicional seria convencionado como de proteção, no caso de violência intrafamiliar não se configuraram desta forma.

Do ponto de vista metodológico, há que ter cuidado para não se adotar uma visão espontaneísta da pesquisa ecológica. O que define o delineamento é o seu objeto de estudo e objetivos e não o contrário. Por isso, a proposta permite a inclusão de diversidade de instrumentos, desde escalas validadas à entrevistas e recursos que privilegiem o acesso à percepção do contexto pelo sujeito e até pelos pesquisadores, como o diário de campo e o método autofotográfico por fotografias. A busca pela validade ecológica é uma constante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de promover a discussão para a compreensão do abuso sexual à luz da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano é somar esforços para que o desempenho de um papel fundamental: o de tornar público o que é ainda, infelizmente, considerado privado. Por isso, o segredo e o pacto de silêncio ainda são vigentes. É preciso ter algo mais propositivo como intervenção, que não se restrinja à punição.

A relevância social do trabalho em questão refere-se à discussão de modelos teórico-metodológicos

que possam representar alternativas de delineamentos de investigações, que se proponham a trazer novas perspectivas conceituais e de análise.

A relevância científica está na apresentação de pressupostos exequíveis para formar uma metodologia inovadora, mas que ainda carece de sistematização e aprimoramento apresentando-se como possibilidade de aplicação dos conceitos do modelo bioecológico, fiel aos seus pressupostos.

É preciso reconhecer, entretanto, um problema metodológico encontrado neste artigo de revisão, que é a concentração de pesquisas ecológicas de mesma origem. Isso pode ser explicado pela ausência de instituições que difundam e empreguem a metodologia utilizada. Os estudos apresentam uma concentração em instituições e autores, reconhecidamente pioneiros e militantes na área de pesquisa e intervenção junto a populações em situação de risco social e pessoal. Ainda que a qualidade teórica e metodológica dos estudos seja exemplar, reflete com maior nitidez a necessidade de ampliação e apropriação destes delineamentos por outras instituições.

A possibilidade de investigações futuras é um grande campo a ser explorado, mas algumas questões se colocam de forma urgente. Pensando que a visão bioecológica preconiza a potencialização do desenvolvimento e que este ocorre desde a concepção, faz-se necessário o estudo da gestação decorrente de abuso sexual e as vivências de maternidade da jovem a partir dos contextos em que está inserida. E os casos de gestação decorrente de incesto, que marcarão na família, papéis contraditórios e conflitos e silêncios? Como propor modelos de criação que não perpetuem a reprodução da violência, que ainda de forma transgeracional, é repetida em função de não haver outra construção que a substitua? Como ser promotor de desenvolvimento em contexto que a princípio se mostra tão adverso? Estas e outras questões se mostram relevantes para investigações que interessam muito à ciência psicológica no desafio de compreender a complexidade dos fenômenos da modernidade.

REFERÊNCIAS

- Aspesi, C., Dessen, M.A. & Chagas, J. (2005). A ciência do desenvolvimento humano uma perspectiva interdisciplinar. In M.A. Dessen & A.L. Costa-Junior (Orgs.). *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras*. Porto Alegre: Artmed Editora S.A.
- Azevedo, M.A. & Guerra, V.N.A. (1989). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: IGLU.
- Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, 32, 513-531.

- Bronfenbrenner, U. (1992). Ecological system theory. Em R. Vasta (Org.). *Six theories of child development* (pp. 187-243). London: Jessica Kingsley.
- Bronfenbrenner, U. (1994). Ecological models of human development. In T. Husten & T.N. Postlethwaite (Orgs.). *International Encyclopedia of Education* (pp. 1643-1647). New York: Elsevier Science.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. (M. A. Verrissimo, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1979).
- Bronfenbrenner, U. & Ceci, S. (1994). Nature-Nurture reconceptualized in developmental perspective: A bioecological model. *Psychological Review*, 101, 568-586.
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P.A. (1998). The ecology of developmental process. In W. Damon & R.M. Lerner (Orgs.). *Handbook of child psychology: Vol. 1. Theoretical models of human development* (pp. 993-1028). New York: Wiley.
- Bronfenbrenner, U. (1999). Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models. In S. L. Friedmann & T. D. Wacks (Eds.). *Measuring environment across the life span: Emerging methods and concepts* (pp. 3-30). Washington, DC: American Psychological Association.
- Bronfenbrenner, U. & Evans, G. (2000). Developmental science in the 21st century: Emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. *Social Development*, 9, 115-125.
- Cecconello, A.M. & Koller, S.H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: Uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 515-524.
- Cecconello, A. & Koller, S.H. (2004). Inserção ecológica na comunidade: Uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. Em S. H. Koller (Org.). *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 267-291). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cohen, C. & Gobetti, G. (1998). Abuso sexual intrafamiliar. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 6, (24), 235-43.
- De Antoni, C. & Koller, S.H. (2001). O psicólogo ecológico no contexto intitucional: uma experiência com meninas vítimas de violência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 1, 14-29.
- De Antoni, C. & Koller, S.H. (2004). A pesquisa ecológica sobre violência no microssistema familiar. In S. Koller (Eds.). *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 311-336). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Dessen, M.A. & Domingues, M.T. (2005). A ciência do desenvolvimento humano: ajustando o foco de análise. *Cadernos de Psicologia e Educação Paidéia*, 15(30), 11-20.
- Elder, G. (1996). Human lives in changing societies: Life course and developmental insights. In R.B. Cairns, G.H. Elder & E.J. Costello (Orgs.). *Developmental science* (pp. 31-62). New York: Cambridge University Press.
- Furniss, T. (1993). *Abuso Sexual da Criança*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gabel, M. (1997) *Crianças Vítimas de Abuso Sexual*. São Paulo: Summus.
- Habigzang, L.F. & Koller, S.H. (2006). Terapia cognitivo-comportamental e promoção de resiliência para meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar. In D.D. Dell'Aglio, S.H. Koller & M.A.M. Yunes (Eds.). *Resiliência e psicologia positiva: Interfaces do risco à proteção* (pp. 233-258). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Habigzang, L.F, Koller, S.H. Azevedo, G.A. & Machado, P.X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 341-348.
- Magnusson, D. & Cairns, R. (1996). Developmental science: Toward a unified framework. In R.B. Cairns, G.H. Elder & E.J. Costello (Orgs.). *Developmental science* (pp. 7-30). New York: Cambridge University Press.
- Narvaz, M.G. & Koller, S. H. (2004). O modelo bioecológico do desenvolvimento humano.. Em S. Koller (Eds.). *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 51-66). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Neiva-Silva, L, Borowsky, F. & Koller (2004). O autotográfico na pesquisa com a abordagem ecológica do desenvolvimento humano. In S. Koller (Eds.). *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 245-266). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Polonia, A.C, Dessen, M.A. & Silva, N.L.P. (2005). O modelo bioecológico de Bronfenbrenner: contribuições para o desenvolvimento humano. In M.A. Dessen & A.C. Junior. *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 71-89). Porto Alegre: Artmed.
- Rangel, P. (2001). *Abuso sexual intrafamiliar recorrente*. Curitiba: Editora Juruá.
- Shanahan, M.J., Valsiner, J. & Gottlieb, G. (1997). Developmental concepts across disciplines. Em J. Tudge, M.J. Shanahan & J. Valsiner (Orgs.). *Comparisons in human development: Understanding time and context* (pp. 34-69). New York: Cambridge University Press.
- Winegar, L.T. Developmental research and comparative perspectives: applications to developmental science. In J. Tudge, M.J. Shanahan & J. Valsiner (Orgs.). *Comparisons in human development: Understanding time and context* (pp. 34-69). New York: Cambridge University Press.

Recebido em: 18.08.2011. Aceito em: 20.03.2012.

Autores:

Silvia Renata Lordello – Psicóloga, doutoranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília
 Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira – Psicóloga, Doutorado em Educação, Programa de Pós-graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, Universidade de Brasília

Enviar correspondência para:

Silvia Renata Lordello
 SGAS 910 Bloco F Sala 135
 Brasília, DF
 E-mail: srlordello@terra.com.br